



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal

Caçapava do Sul

CÂMARA MUNICIPAL Caçapava do Sul APROVADO EM 25/11/93 Secretário
---

PROJETO DE LEI Nº 450/93 de Novembro de 1993.  
AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º-Fica o Poder Executivo autorizado a abrir  
Créditos Suplementares, nas seguintes unidades orçamentárias:

100-CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

0101.01010012.001..31.11.01-Pessoal Civil.....	CR\$	4.900.000,00
31.20.00-Material de consumo..	CR\$	100.000,00

125-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

0401.03070212.006..31.32.00-Out. Serv. e Encargos..	CR\$	3.000.000,00
---	------	--------------

130-SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA:

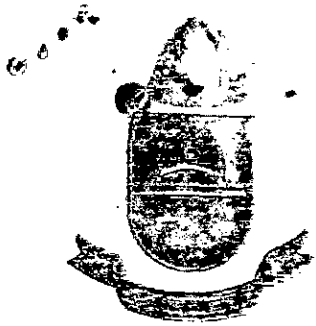
0501.03080332.009..43.51.00-Amort. Divida Cont..	CR\$	3.000.000,00
TOTAL.....	CR\$	11.000.000,00

Art. 2º-Servirá de recurso para a cobertura de  
Créditos Suplementares de que trata o Art. 1º, a maior arrecadação  
prevista para o presente exercício financeiro.

Art. 3º -Esta Lei entrará em vigor a partir da  
data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO  
SUL, Novembro de 1993.

ROBERTO ANTÔNIO MACHADO  
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## Prefeitura Municipal

Capão do Sul

### J U S T I F I C A T I V A

Anexa ao Projeto de Lei Nº 450/93.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores:

Estamos encaminhando em anexo Projeto de Lei nº 450/93 que trata de Suplementação de Rubrica Orçamentária no valor de CR\$ 11.000.000,00 (onze milhões de Cruzeiros Reais) e destina-se dar cobertura para despesa de outros serviços e encargos, amortização da dívida contratada, pessoal e material de consumo, atendimento também as necessidades de Suplementação desse Poder Legislativo.

Apontamos como recurso para a cobertura dos Créditos, a maior arrecadação prevista para o presente exercício financeiro.

À consideração dos Senhores Vereadores.

CABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇ

PAVA DO SUL, novembro de 1993.

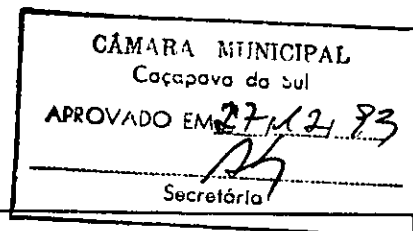
ROBERTO ANTÔNIO MACHADO  
Prefeito Municipal



Comissão Const. Justiça  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**Prefeitura Municipal**

Caçapava do Sul



PROJETO DE LEI Nº 449, de novembro de 1993.

Altera padrões do cargo de Fiscal de Obras, da categoria de Assistente Técnico.

Art. 1º- Ficam alterados os padrões de vencimentos das categorias funcionais, do quadro do art. 5º da Lei nº 199/91, passando a ser o seguinte:

Nº	Categoria Funcional	Classe	Padrão
01	Fiscal de Saúde	E	21
01	Fiscal de Saúde	D	20
01	Fiscal de Saúde	C	19
01	Fiscal de Saúde	B	18
03	Fiscal de Saúde	A	17
01	Fiscal de Obras	E	21
01	Fiscal de Obras	D	20
01	Fiscal de Obras	C	19
01	Fiscal de Obras	B	18
03	Fiscal de Obras	A	17

Art. 2º- As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 01 de <sup>junho</sup> de 1993.

Art. 4º- Revogam-se as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL,  
novembro de 1993.

Roberto Antônio Machado,  
Prefeito Municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## Prefeitura Municipal

Caçapava do Sul

### J U S T I F I C A T I V A

Anexa ao Projeto de Lei nº 449/93.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores:

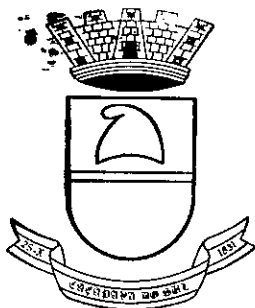
Visa o presente Projeto de Lei, tratar da alteração de padrão das categorias funcionais de Fiscal de Saúde e Fiscal de Obras.

Desnecessário dizer da importância e complexidade das atribuições dos fiscais, que, além de fazer cumprir a legislação municipal, estadual e federal, no âmbito de sua competência, também, com o desempenho de suas funções, conseguem arrecadar valores expressivos aos cofres públicos.

À consideração de Vossas Excelências.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL,  
novembro de 1993.

Roberto Antônio Machado,  
Prefeito Municipal.



# PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Caçapava do Sul — Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL  
Caçapava do Sul

APROVADO EM 25/11/93

Secretário

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 450 — Origem Poder Executivo

" Autoriza a suplementação de rubrica  
orçamentária ".

A Comissão Especial, reunida para análise do Projeto de Lei acima especificado, após amplo debate conclui que o mesmo é legal, não existindo vícios de quaisquer natureza, existindo também, previsão orçamentária.

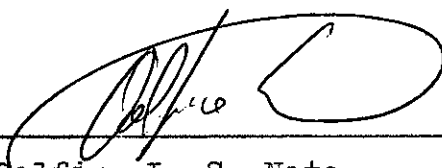
Pela normal tramitação regimental.

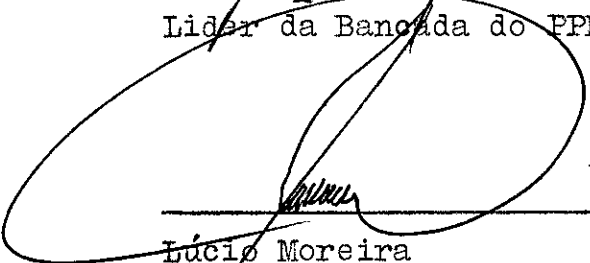
Pela aprovação.


É o parecer.

Sala das Comissões, 25 de Novembro de  
1.993 .

  
Adão Naldo Pereira  
Líder da Bancada do PPR

  
Delfino L. S. Neto  
Líder da Bancada do PL

  
Lúcio Moreira  
Líder da Bancada do PMDB

  
João B. Henriques  
Líder da Bancada do PDT